

Políticas de responsabilização no ensino médio dos estados do Ceará e Pernambuco

Arlane Markely dos Santos Freire (SME/Crato-CE)
E-mail: arlanemarkely@yahoo.com.br

Anderson Gonçalves Costa (UFPE)
E-mail: anderson.gcosta@ufpe.br

José Mawison Cândido de Lima (UFPE)
E-mail: professional_matt@hotmail.com

Introdução

A introdução de mecanismos de responsabilização e bonificação está atrelada às políticas de avaliação externa que despontaram no cenário nacional desde os anos 1990. De acordo com Freitas (2018,) é na relação entre reforma do Estado e as reformas educacionais que a avaliação passa a ser um instrumento central da gestão do Estado.

Neste trabalho, apresentamos as iniciativas de responsabilização para o ensino médio em duas redes públicas do Nordeste: o Ceará e Pernambuco, buscando observar os instrumentos implementados que têm como finalidade a avaliação e a bonificação dos professores e premiação às escolas e alunos com base em metas de desempenho. De natureza qualitativa, recorre-se aos documentos oficiais para fundamentar à análise.

Fundamentos da responsabilização educacional

Mecanismos de controle e de divulgação dos resultados e de avaliação do mérito dos profissionais da educação têm se proliferando ao redor do mundo. Tais medidas estão relacionadas ao conceito de *accountability*, que, no campo educacional, associa “três dimensões essenciais autônomas, mas fortemente articuladas (ou articuláveis): a avaliação, a prestação de contas e a responsabilização” (AFONSO, 2009, p. 14). Nesse contexto, a utilização dos resultados da avaliação

externa, entre muitos os objetivos e funções que possui, é condição para a prestação de contas e a responsabilização (AFONSO, 2009).

As políticas relacionadas ao alcance de resultados podem ser traduzidas como uma forma de regulação. Segundo Barroso (2005), a regulação, enquanto modo de coordenação dos sistemas educativos, compreende não só a produção de regras, como também o funcionamento do sistema.

A implementação de bonificações com base nos resultados das avaliações externas está relacionada à ideia de valorização de um magistério que seja competitivo e que tenha como objetivo cumprir as metas estabelecidas pelo Estado. Nesse sentido, a *accountability* se consolida e reforça a adoção de ideais empresariais no setor público.

A concepção de qualidade veiculada na *accountability* está atrelada a ideia de controle do trabalho docente, por implicar mudanças na organização da gestão escolar. É preciso alcançar o “topo” para ser considerado o melhor, instituindo-se assim o espírito competitivo entre os pares ao criar adicionais à remuneração.

Iniciativas do Ceará e Pernambuco em questão

No estado de Pernambuco, em 2008, foi implantado o Programa de Modernização da Gestão Pública (PMGP – PE) alinhado às normativas do Banco Mundial. Na área da educação, o foco é a melhoria dos indicadores educacionais, trabalhando na perspectiva da gestão por resultados. Esse programa “baseia-se na concepção que a participação, vista como a autocobrança dos docentes pelo sucesso escolar, é essencial à gestão para obter o alcance dos resultados previstos” (OLIVEIRA; VIEIRA, 2014, p. 24).

Na esteira do PMGP algumas ações foram desenvolvidas, como a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica em Pernambuco (Idepe), em 2008, e do Bônus de Desempenho Educacional (BDE), objeto da Lei n. 13.486/2008. Dessa forma, a

política de responsabilização é uma conexão entre o Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco (Saepe), o Idepe e o BDE.

O SAEPE é uma avaliação externa de matemática e português aplicada pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAED/UFJF), tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio. Por sua vez, o Idepe é um indicador sintético que traça metas educacionais a partir das notas do Saepe e do fluxo escolar. As informações do fluxo escolar são obtidas no Sistema de Informações da Educação de Pernambuco (SIEPE).

Quando as escolas atingem as metas fixadas recebem o BDE, uma premiação por resultados. São contempladas pela política de bonificação as escolas da rede pública estadual de educação que “alcançam a partir de 50% das metas pactuadas no Termo de Compromisso e a todos os servidores destas escolas, proporcional ao tempo de serviço na escola, limitado a um mínimo de seis meses” (PERNAMBUCO, 2012, p. 24).

No Ceará, políticas de *accountability* no ensino médio têm sido implementadas desde o início dos anos 2000. A partir de 2004, quando começam a circular os ideários da Gestão para Resultados (GpR), iniciativas dessa natureza se fortalecem. A GpR é um dos elementos da modernização da gestão pública e foi objeto da Lei nº 13.875, de fevereiro de 2007, que a definiu como modelo de gestão do Poder Executivo. Esse modelo tem repercussão no setor da educação, que passa a conviver com elementos típicos do mercado; a bonificação e os prêmios são alguns deles.

No que diz respeito à bonificação de profissionais da educação, em 2009 foi aprovado o Prêmio Aprender pra Valer que, tendo por referência o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaece), é destinado a todas às escolas de ensino médio que alcancem as metas anuais de aprendizagem dos estudantes. Trata-se

de um 14º salário proporcional ao percentual de evolução da média dos alunos avaliados. Os alunos também são premiados com um *notebook* no caso de atingirem a proficiência estabelecida no Spaece ou no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Em 2017 o Prêmio Aprender pra Valer foi substituído pelo Prêmio Foco na Aprendizagem, este circunscrito a até 50 escolas com bom desempenho no Spaece e nos indicadores de fluxo do ensino médio. Para tanto, foi instituído dois novos instrumentos: o Índice de Desenvolvimento do Ensino Médio (IDE-Médio) e o Índice de Alcance da Meta (IAM). O primeiro resulta do produto entre a taxa de aprovação das séries do ensino médio e a média dos resultados em Língua Portuguesa e Matemática dos estudantes do 3º ano no Spaece; o segundo afere a evolução entre as metas estabelecidas pelas escolas e os resultados alcançados no Spaece (CEARÁ, 2017).

Concordando com Oliveira e Clementino (2020, p. 160), os estados do Ceará e de Pernambuco adotam políticas de alta responsabilização, pois “as pontuações dos testes são usadas para determinar punições (como sanções, reduções de fundos, publicidade negativa), elogios (premiação, celebração pública, publicidade positiva), promoção ou compensação (aumentos salariais ou bônus para administradores e professores)”. Nesse sentido, segundo Santos e Vilarinho (2021, p. 1163)

os sistemas estaduais de avaliação da educação, em sua maioria, tomam como modelo o Saeb. No entanto, nesse âmbito administrativo, as estratégias de política vêm agregando outros elementos aos processos, como o estabelecimento de metas vinculadas a algum indicador de desempenho e o pagamento de bonificação aos professores e gestores escolares.

Os estados analisados apresentam sistemas estaduais de avaliações externas próprias e desenvolvem políticas de bonificação, baseadas no desempenho dos alunos para todos os profissionais da

escola, com implicações no cotidiano da gestão escolar e das práticas pedagógicas.

Considerações Finais

Como observado, Pernambuco e Ceará adotam políticas de responsabilização com base no fluxo escolar e no desempenho dos alunos nos sistemas estaduais de avaliação. Tais iniciativas são representativas do controle sobre o trabalho docente, quando se busca coordenar e conduzir as práticas da escola. Na busca pela bonificação, os riscos à competição intra e extraescolar são altos, com a peculiaridade do Ceará que também premia alunos com base em seus resultados.

Referências

AFONSO, A. J. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, v. 13, n. 13, jul. 2009.

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, Especial, out. 2005.

CEARÁ. **Lei nº 16.448, de 12 de dezembro de 2017**. Institui o Prêmio Foco na Aprendizagem, destinado ao quadro funcional das escolas da rede estadual de ensino.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. Expressão popular: São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. M. F. **Trabalho na educação básica em Pernambuco**. Camaragibe: CCS Gráfica e Editora, 2014.

OLIVEIRA, D.; CLEMENTINO, A. M. Las políticas de evaluación y responsabilización en Brasil: un análisis de la Educación Básica en los estados de la región Nordeste. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 83, n. 1, p. 143-162, 2020.

PERNAMBUCO. **Construindo a excelência em gestão escolar:** curso de aperfeiçoamento: Módulo XII – Políticas de responsabilização educacional. Recife: Secretaria de Educação do Estado, 2012.

SANTOS, A. L. F.; VILARINHO, E. Regulação e *accountability* na (re)configuração das políticas para a educação. **RBPAE**, v. 37, n. 3, p. 1161–1180, 2022.